O BREXIT : SERÁ O FIM DA UNIÃO EUROPEIA?

Coletânea – P.Timm org. – Uso em sala de aula – 24,junho-2016

Indice

Apresentação

O Sonho Acabou?

A (Desunião Europeia)

O "Brexit" e os seus admiradores – Rui Tavares

Britânicos viram as costas à União Europeia e entram em território desconhecido – A.Fonseca Pereira

Os cenários possíveis em caso de saída – Teresa de Souza

E a União Europeia é um projecto falhado – F.Louçã

O Reino Unido sai da UE e Cameron de Downing Street – Pedro Cordeiro

Referendo britânico forçará UE a fazer mudanças seja qual for o resultado – Claudi Perez

Britain and the EU - A tragic split

Global banks hammered by U.K. vote - Sophia Yan

The referendum campaigns have revealed a fractured country - Anne Perkins

Referendum day: rain, floods – but at least the shouting was over - John Crace

Apresentação

Paulo Timm – 24 junho 2016

CONSUMOU-SE A SAÍDA DA G.BRETANHA DA UNIÃO EUROPEIA

A Europa amanheceu triste - eu, aqui em Portugal, inconsolável- e chocada com a vitória do BREXIT na Grã Bretanha, ou, a decisão de seus eleitores de se afastarem da União Europeia, à qual aderiram, sempre, com ressalvas, sem jamais se subordinar à zona do EURO. Esta é moeda comum da União Europeia, controlada pelo Banco Central Europeu com sede em Frankfurt e pivot do que aqui se denomina TROIKA, a trinca da Austeridade Fiscal.

Muitas perguntas: Por que os ingleses saíram? Como prosseguirá este processo? Que consequências internas e para o conjunto da Europa.

O plebiscito, em primeiro lugar, foi apertado, sendo que, no caso, foi uma decisão tipo SIM x NÃO, não há como garantir direitos da minoria perdedora. Dificil teste à democracia. Votaram a favor da saída do euro os condados do interior, o país de Gales,os mais velhos os menos instruídos e de menor renda, vale dizer, grande parte dos trabalhadores. Votaram contra a saída Londres, Escócia, Irlanda do Norte, os mais jovens e instruídos, os detentores de maior renda, certamente os trabalhadores da City. O assunto, por vez primeira, extrapolou os parâmetros da velha divisão entre esquerda e direita. Em princípio, esteve tudo misturado.

Sinteticamente, apesar do apoio de sindicatos e alguns setores de esquerda a vitória do EXIT é uma vitoria da DIREITA DEMAGÓGICA que se fortalecerá no continente Marine Le Pen, Geert Wilders e o partido extremista alemão AfD, além de Donald Trump nos Estados Unidos, que são os portadores, nos seus países dos mesmos temas:

Aversão à imigração;.

o nacionalismo;

e o que um autor denomina "supremacia do parlamento e os argumentos sobre a falta de democracia na União Europeia".

Não obstante, foi a INGLATERRA , sempre, o mais liberal porta voz do neoliberalismo no Parlamento Europeu. Logo, o BREXIT quer mais autonomia para maior NEOLIBERALISMO INTERNO na GB, em nome de uma maior suposta soberania para a promoção do desenvolvimento nacional.

A saída da GB não será automática. Levará anos. E tudo indica que tentará negociar uma posição privilegiada para seus produtos que têm na UE grande mercado. Talvez tente uma condição de "meio-integrante" da UE, resguardando-se apenas os bõnus desta particpação., à semelhança do que a Noruega, que jamais participou do bloco já detém.

A principal consequência do BREXIT, além da queda imediata do Primeiro Ministro conservador que defendeu a permanência, é o fortalecimento do nacionalismo e da direita na Europa, com o corolário dos referendos nos países que conseguir, para a saída de seus países do Projeto Europeu. A palavra de ordem será substituir UNIÃO EUROPEIA por uma EUROPA UNIDA POR NAÇÕES SOBERANAS. Voltamos aos anos 30 do século passado.

A UNIÃO EUROPEIA é uma alternativa ruim, mas não há saída fora dela. Pelo menos, é um caminho de pavimentação da paz do continente e aprofundamento da tolerância e da democracia. . Isso não é pouco. A esquerda mais consequente tem rejeitado o excesso de rigor fiscalista da TROIKA, que já açoitou Grécia, Portugal, Irlanda e Itália. Em vários países, a esquerda defende o abandono do projeto da UNIÃO EUROPEIA, considerando-o falido.

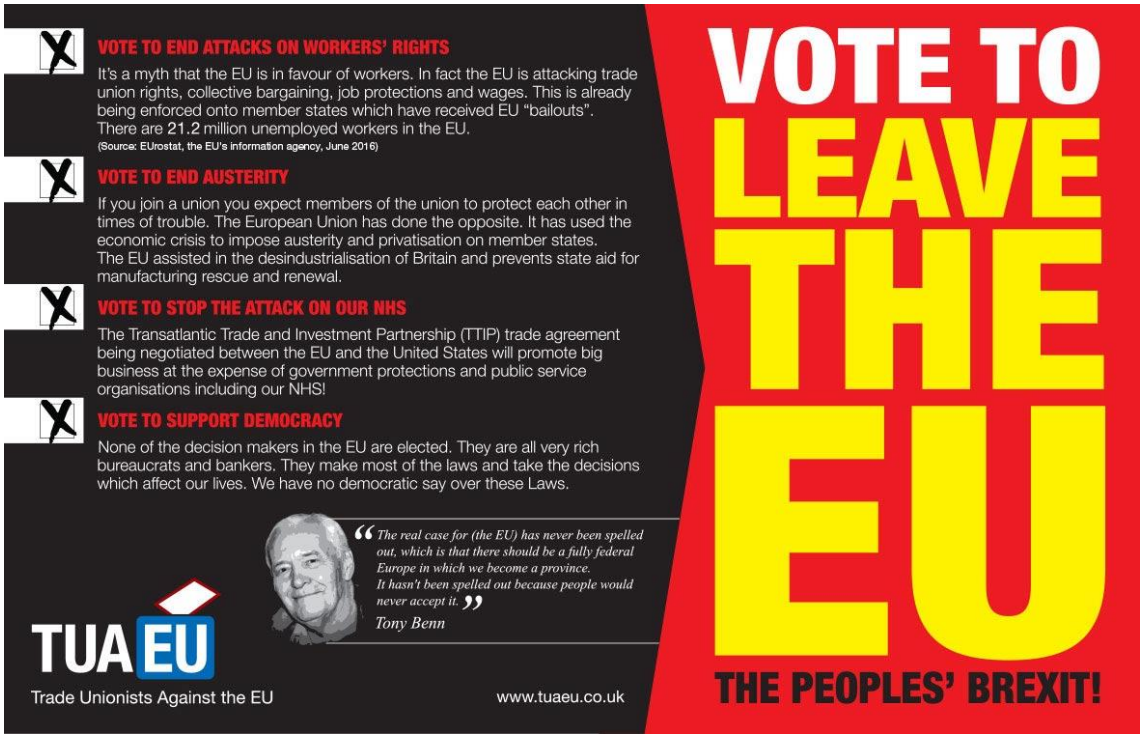
O mundo inteiro, porém, está, , na verdade, diante de um dilema: Se ficar o bicho pega , se correr o bicho come.

Ou seja, o NEOLIBERALISMO não é, por certo, o único nem melhor caminho, sobretudo para as economias menos desenvolvidas, mas **não há clareza de algum Projeto Alternativos e das forças**

capazes de sustentá-lo democraticamente. Antigamente, diante destas situações a ESQUERDA proclamava a necessidade da “Revolução”, através de um Partido de Classe, do Assalto ao Poder e da Edificação do Socialismo. Hoje, isso está fora de cogitação. Não há clareza sobre QUE FAZER? Mas o pior , neste caso, ainda é aderir aos clamores xenófobos e segregacionistas da extrema direita.

O SONHO ACABOU!

Paulo Timm – junho 23



Escrevo de Portugal, onde me reencontro, de tempos em tempos, com minha amada e com minhas profundas raízes no Velho Continenbte. Sempre me considerei um europeu transplantado, sem desdouro aos bons ares americanos, aos quais me aquerenciei, sobretudo no Rio Grande do Sul. Nosso Estado, a propósito, foi o último a ser colonizado e quando da Independência do Brasil, cuja sociedade já estava formada, embora com pouca gente, não

passávamos de um conjunto de estâncias autônomas, pouco vinculadas a modesta capital, Porto Alegre. Sobre esse pano de fundo sobrevieram as migrações, a cultura da pequena propriedade, a valorização do trabalho livre, o empreendedorismo e as calorosas disputas político-ideológicas que desembocaram em guerra civil. Tudo muito diferente do Brasil. Parecido com a Europa....

Cá estou, pois. E a ausência de sobressaltos na política nacional me abre espaço para sair , literalmente, do tema que ultimamente me concentra e consome: A crise no Brasil... A prisão de Paulo Bernardo, ex-ministro de Lula preso no dia 23, a Policia Federal postada na sede do PT em SP , na madrugada do mesmo dia, um vídeo mostrando o Senador Sérgio Guerra , então presidente do PSDB, negociando para frear CPI da Petrobras em 2009. (globo.com) e o foragido de operação sobre avião que caiu com Eduardo Campos encontrado morto (Folha) já nem comovem, nem abalam a República. Parece que banalizamos o mal...

Como anda, pois, a Europa – e aqui me refiro à Europa Ocidental, hoje aglutinada em torno da União Europeia?

Diria que, como quase todos os lugares do Planeta, tensa: crescimento medíocre, altas taxas de desemprego, ameaças terroristas, trinques na ideologia da unificação. A era de placidez das belas comédias românticas de Holywood, que faziam o contraponto ocidental e das fábulas do Paraíso Socialista ruíu ao final da década de 60. John Lennon, aliás, pontificou, no início de 1970: “ O sonho acabou”.

Tive a graça de ter vivido os Anos Dourados não só do Brasil, mas do mundo. Morro de saudades. Ainda vivi Paris nos anos 1977 e 78. Era uma cidade tranquila. Hoje vive sobressaltada pelos problemas do multiculturalismo, dos ghetos não incorporados e do terrorismo jihadista. Mas já naquele tempo vivia-se uma transição, rumo às grandes crises que abalariam os dois polos da Guerra Fria: O muro de Berlim caiu em 1989, antecipando o fim da URSS em 1991. Os Estados Unidos desmoronava mais na imagem externa, ao ter que se retirar, derrotado do Vietname em 1973, episódio que apenas ilustrava a perda da capacidade deste país para manter a Pax

Americana conquista na II Guerra, mas que já também apontava para a fragilidade de sua moeda, desvinculada dois anos antes de sua equivalência com o ouro.

O mundo, enfim, começava a se reorganizar no final do século. Breve desembocaria na hipermodernidade da internet e redes sociais, do império da acumulação financeira sem controles, da globalização desenfreada com seus novos paradigmas de produção transnacional, das sociedades internas líquidas deslumbradas com seus novos templos de consumo e estetização do capitalismo , do culto do corpo e das celebridades, do ocaso do Governo e da vida pública, tudo sob a égide de uma filosofia retocada do liberalismo como única alternativa correta de governar. Alguém proclamou: " É o fim da história" nele cabendo até uma China Comunista reconvertida ao mercado galopando sobre os mercados mundiais como um exército turco.

A Europa acompanhou o baile. E até reconverteu empedernidos comunistas, deixados à deriva pelo fim da URSS , aos encantos do neoliberalismo, mesmo sob protesto das corporações tradicionais mais aferradas à luta pela sobrevivência do que à ideologias.

Destruída por inúmeros conflitos internos, ela se concerta em 1993 em torno da União Europeia . Trata-se de uma união económica e política de 28 Estados-membros soberanos e independentes, abrangendo uma área de 4.325.000 km², com uma população em janeiro de 2013, de 505,7 milhões de habitantes - http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/populacao-da-uniao-europeia-atinge-507-4-milhoes-de-pessoas. Foi fundada por França, Bélgica, Luxemburgo, Itália, Países Baixos,Alemanha, que constituem seu epicentro, com sede em Bruxelas , onde funciona o Parlamento Europeu. No ano de 1998 a UE adotou o regime de moeda comum, rejeitado pela Inglaterra, criando o Banco Central Europeu, com sede em Frankfurt, Alemanha, como banco central responsável pelo euro com a principal missão é preservar seu poder de compra, assegurando assim a estabilidade financeira região. É o polo forte da austeridade fiscal ao lado da EU e do FMI.

A ideia da criação da União Europeia foi a concretização de um velho sonho de paz para o continente, mas foi também uma tentativa de criar um Bloco Econômico capaz de se situar

estrategicamente na nova geopolítica do mundo. O grande problema da União Europeia, porém foi o momento em que foi instituída, justo numa era de dominância absoluta da ideologia neoliberal, sem espaço às correntes heteroxas para participarem das decisões estratégicas de governança. Elas têm assento no Parlamento Europeu, mas não dispõem de força junto aos Acordos decisivos relativos á Política Econômica e Fiscal do bloco. Com isso, cria-se uma tensão interna insolúvel que leva a que muitos líderes hoje defendam a saída de seus países da União Europeia.

Outro problema, associado claro, ao anterior, é a disparidade econômica interna do bloco. A eterna oposição entre mais ricos e mais pobres, os quais ficam sem o domínio de uma moeda própria para enfrentar os dilemas de sua Politica Econômica interna. Alemanha e França acabam dando as cartas para o conjunto do bloco, daí resultando o arrepio da Grã Bretanha que justamente neste dia que escrevo, 23 de junho, realiza um plebiscito para decidir o que a campanha pela saída denomina BREXIT. Um país como Portugal, de outra parte, acaba situado como um Estado do Nordeste no contexto da federação brasileira, mas sem as garantias de transferência de rendas dos Estados mais ricos. Tem acesso à créditos e até os usou no aparelhamento da infraestrutura, mas à custa de um endividamento que acaba onerando o défici público e submetendo-o aos rigores da responsabilidade fiscal da União Europeia. Agora mesmo, está na iminência, de novo, de sofrer sanções. O mesmo, aliás, ocorreu com a Grécia.

Em compensação, a União Europeia aboliu as fronteiras e isto criou não só uma grande mobilidade de mão de obra no seu interior, como acesso a mercados externos sob regime de moeda única, fatos inusitados na região e que levam as populações mais jovens, mais atingidas pelo desemprego, a se apegarem ao modelo existente. Hoje, em Portugal, calcula-se que entre 50 a 100 mil jovens deixam o país a cada ano, cifra que poderá perfazer um décimo da população dentre de um decênio, com prejuízos ao tamanho da população que está se reduzindo a olhos vistos. No final do século estará reduzida a pouco mais da metade . Mas se fizermos uma pesquisa com estes mesmos jovens se eles desejam

que Portugal se retire da União Europeia, com vistas à formulação de um Plano de Desenvolvimento que poderia, no futuro, levá-lo a níveis maiores de desenvolvimento tecnológico e maior soberania nacional, eles provavelmente declinarão. O mesmo aconteceu na Grécia. Quando, na iminência de romper com a União Europeia, sob a égide de um governo de esquerda, a opinião pública recuou e está engolindo goela abaixo as doses amargas impostas pelo que chamam de Troika, as autoridades monetárias do bloco.

Nem todas estas questões são claras e evidentes à ilustrada cidadania europeia. Mesmo no caso do plebiscito na Grã Bretanha, as pessoas demonstram hesitação e dúvida, até porque o tema está desalinhado de suas opções tradicionais entre esquerda trabalhista versus conservadores. A favor do BREXIT, saída da Grã Bretanha da União Europeia, há líderes de esquerda e direita, estes, talvez mais, o mesmo ocorrendo com os que defendem sua permanência, um pouco mais palatável à esquerda. Ou seja, o mundo contemporânea, sobretudo no tocante ao seu enfrentamento á questão da globalização, não sabe muito bem que lado tomar.

No Brasil, estamos ainda um pouco longe de decidir eleitoralmente por um ou outro desses caminhos, mas a questão está inscrita nas disputas internas há bastante tempo. Mais dia, menos dia, eclodirá exigindo posições. E me pergunta se estamos realmente maduros para uma resposta?

A (DES)UNIÃO EUROPEIA

www.resistir.infor

A câmara alta do Parlamento suíço acaba de cancelar o pedido de

adesão do país à União Europeia , que fora apresentado em 1992. Vinte e sete senadores votaram pelo cancelamento, 13 foram contra e dois se abstiveram.

E no referendo do proximo dia 23 a Grã-Bretanha irá votar o Brexit, o abandono da UE. Enquanto isso em França, centro da UE, todo o povo está em revolta aberta contra os seus ditames relativos às leis do trabalho e o servilismo do governo Hollande. Qual dos 28 será o próximo a por em causa a pertença à UE?

Na verdade, Portugal tem muito mais razões que a Grã-Bretanha para romper com a UE – esta pelo menos manteve a sua soberania monetária e um certo grau de autonomia em relação a Bruxelas. Aqui, nem isso. Portugal está submetido e sufocado pela UE. O seu presidente e os seus governantes, de modo humilhante, peregrinam pelas capitais europeias a pedirem pelo amor dos deuses para não serem submetidos às sanções de Bruxelas. Eles, e os media corporativos que os servem, instilam falsos medos quanto à ruptura porque não têm dignidade para propô-la

O "Brexit" e os seus admiradores

RUI TAVARES

24/06/2016 - https://www.publico.pt/opiniao/noticia/o-brexit-e-os-seus-admiradores-1736182

Para qualquer observador, mesmo que distraído, este referendo foi ganho com temas de direita e nenhuma promessa acionável de políticas sociais

Vamos clarificar uma coisa. Este resultado no referendo britânico está relacionado com três coisas: em primeiríssimo lugar, a imigração; em segundo lugar, o nacionalismo; e, apenas em terceiro lugar, a preocupação com a supremacia do parlamento e os argumentos sobre a falta de democracia na União Europeia.

Podemos pensar o que quisermos sobre cada um destes temas. A imigração foi mais do que um tema instrumental para a campanha do "Brexit". Ele foi "o" tema determinante desta campanha. Até à concentração quase exclusiva neste tema, os adeptos do "Brexit" perderam nos argumentos económicos, e foi só a partir do momento em que conseguiram tornar a campanha numa campanha sobre imigração que começaram a subir nas sondagens. O nacionalismo pode ter leituras mais ou menos benignas, mas o certo é que a ideia de "tomar o nosso país de volta" foi a segunda mais importante do debate do "Brexit". Em terceiro lugar apenas — mais compreensível e justificadamente — veio a questão do défice democrático na UE, embora nunca muito explorada uma vez que o próprio Reino Unido é uma monarquia hereditária com uma câmara parlamentar composta por 750 lordes não-eleitos.

Sobre o que não foi esta campanha? Não foi sobre o euro, não foi sobre a austeridade e não foi sobre o Tratado Orçamental ou a dívida soberana. O Reino Unido não pertence ao euro, não assinou o Tratado Orçamental, emite a sua moeda e gere a sua dívida com políticas monetárias mais próximas das dos EUA do que da própria UE. A austeridade levada a cabo no Reino Unido foi inteiramente da responsabilidade do Governo de Sua Majestade. A campanha pouco tocou nesses temas, como pouco se falou de desemprego (a não ser como forma de falar de imigração): a taxa de desemprego no Reino Unido anda à volta de 5%. A insegurança laboral e a perda de direitos dos trabalhadores tem sido uma bandeira do governo britânico dentro da própria UE. Ninguém acreditou que os

líderes da campanha do Brexit defendessem o Serviço Nacional de Saúde no país: na verdade, vários deles defendiam a sua privatização até uns meses antes do referendo para depois alegarem que a União Europeia o queria privatizar — o que era mentira.

Isto é importante, porque nos próximos dias — e já hoje — muita gente se quererá apropriar da vitória do "Brexit", ou porque torceram por ela, ou porque gostariam que o "Brexit" pudesse fazer avançar os seus argumentos preferidos (alguns deles são também os meus) em cada um dos seus países. É uma tentação compreensível, mas é importante que os admiradores do "Brexit" noutros países não estiquem as suas interpretações até ao ponto em que elas deixem de ser reconhecíveis por quem quer que tenha seguido esta campanha.

Para qualquer observador, mesmo que distraído, este referendo foi ganho com temas de direita e nenhuma promessa acionável de políticas sociais. E os principais beneficiários deste "Brexit" serão gente como Marine Le Pen, Geert Wilders e o partido extremista alemão AfD — que são os portadores nos seus países dos mesmos temas. A desintegração da UE beneficia-os e quem desejar que o "Brexit" a acelere acabará a ver que essa desintegração levará ao poder as políticas e os partidos da direita mais extrema e nenhuma das políticas sociais favorecidas pela esquerda. Para esta, a melhor hipótese continua a ser a de salvar o projeto europeu e até de intervir nos espaços vazios deixados pela saída do país que mais defendeu o neoliberalismo no Conselho Europeu. Apostar no colapso da União Europeia, ou proclamá-lo preventivamente para melhor o apressar, não poderá resultar noutra coisa que não na destruição da vida de milhões de trabalhadores e cidadãos que não são ricos nem poderosos — e a uma escala que faria os anos parecerem-se com uma borrasca ou um tempestade, mas não com o tsunami que viria com o fim da UE.

Britânicos viram as costas à União Europeia e entram em território desconhecido

EM ACTUALIZAÇÃO:

ANA FONSECA PEREIRA (em Londres)

24/06/2016 - 06:13

(actualizado às 08:06)

"Brexit" vence referendo com 52% dos votos, segundo resultados provisórios. Libra cai para valores mínimo em 31 anos.

Partidários da saída festejam a vitória REUTERS

MAIS

- E a União Europeia é um projecto falhado
- Ao minuto: Reino Unido escolhe sair da União Europeia
- Os cenários possíveis em caso de saída
- Guia para o referendo que pode mudar a Europa
- O como e o porquê de uma decisão histórica

Desafiando os avisos económicos e as previsões, os eleitores britânicos decidiram que o Reino Unido deve sair da União Europeia, dando um passo que nunca foi dado por nenhum outro país em meio século de história da instituição. Mais de 17 milhões de britânicos (52%) votaram a favor do “Brexit”, segundo os

resultados oficais anunciados ao início da manhã desta sexta-feira. A ruptura com Bruxelas demorará anos a concretizar-se, mas a decisão bastou para fazer cair a libra para mínimos em décadas.

Ao abrigo do artigo 50.º do Tratado de Lisboa, cabe ao Governo britânico notificar oficialmente o Conselho Europeu da decisão de abandonar a comunidade – um passo que não se sabe ainda quando será dado – e estipula um prazo de dois anos para a conclusão das negociações. Se não houver acordo por essa data, a saída pode concretizar-se sem acordo, a menos que a totalidade dos restantes Estados decida prolongar as discussões. As atenções nas próximas horas vão estar, por isso, centradas na reacção dos principais líderes europeus a uma decisão com consequências para a estabilidade de toda a União Europeia.

Na primeira reacção ao veredicto dos britânicos, o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, admitiu que este é um "momento político grave, até mesmo dramático", de consequências ainda imprevisíveis, mas garantiu que a UE "está preparada para reagir a este cenário negativo". "Em nome dos 27 e sete líderes quero dizer que estamos determinados em manter a nossa unidade a Vinte e Sete. Para nós, a união é o garante do nosso futuro em comum".

Horas antes da abertura oficial dos mercados europeus, a libra caiu já para valores mínimos desde 1985, naquela que é a maior queda da cotação da moeda britânica de que há registo, maior ainda do que no auge da crise financeira, em 2008. Quedas idênticas são esperadas nesta sexta-feira não só na bolsa londrina, como nas praças europeias.

Siga o "Brexit" ao minuto

O primeiro-ministro britânico, David Cameron, fará uma declaração ao país às 8h, estando previsto logo em seguida um anúncio do Banco de Inglaterra. Sem esperar, Nigel Farage, o líder do partido anti-europeu UKIP, declarou este "o dia da independência do Reino Unido" e disse acreditar que outros países vão seguir o mesmo caminho: "A UE está a falhar, a UE está a morrer".

Cameron garantiu, por várias vezes, que não se demitiria em caso de derrota, mas a sua autoridade – sobre o Partido Conservador e o Governo, ambos dividido neste referendo – está agora em questão. Quinta-feira à noite, mal as urnas encerraram, 80 deputados

conservadores que fizeram campanha pela saída divulgaram uma carta afirmando que Cameron "tem o dever e tem mandato" para continuar à frente do executivo, mas não é certo até que ponto o primeiro-ministro terá condições políticas para, como afirma, liderar as negociações com a UE.

O líder do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn, terá também de enfrentar questões internas, depois de ter sido acusado por vários responsáveis do seu partido de pouco empenho na campanha a favor da permanência. Questões mais difíceis de responder quanto foi nos bastiões do Labour no Norte de Inglaterra – uma região onde há muito o UKIP tem vindo a fazer ganhos – que se verificaram algumas das maiores votações a favor da saída.

Recusando comentar estas divisões, Corbyn defendeu que a prioridade do Governo deve ser iniciar o quanto antes as negociações para garantir a defesa "dos trabalhos e dos direitos dos trabalhadores britânicos". Reconhecendo que o descontentamento com a imigração alimentou o voto eurocéptico, Corbyn pediu também a criação de um "fundo de compensação" para as regiões economicamente mais deprimidas do país que receberam nos últimos anos um número elevado de trabalhadores vindos de outros países.

Os resultados contrariam as últimas sondagens, incluindo a que foi divulgada pela Sky News após o fecho das urnas. Mas cedo na noite eleitoral se começou a perceber que os resultados poderiam ser diferentes – passava pouco da meia-noite quando os resultados oficiais de Sunderland, no Norte de Inglaterra, atribuíram uma vitória folgada à saída, com 61% dos votos. Com todos os votos contados, verifica-se que só a **Escócia, a Irlanda do Norte e Londres votaram maioritariamente a favor da permanência**, mas os seus votos não foram suficientes para contrariar a maior mobilização dos eleitores do "Brexit" nas restantes regiões de Inglaterra e no País de Gales.

Os cenários possíveis em caso de saída

TERESA DE SOUSA

23/06/2016 - https://www.publico.pt/mundo/noticia/os-cenarios-possiveis-em-caso-de-saida-1736030

Noruega, Canadá, "membro por metade", "país terceiro".

AFP/LEON NEAL

David Cameron disse aos britânicos que, se perdesse o referendo, accionaria imediatamente o artigo 50º do Tratado de Lisboa, no qual está prevista a possibilidade de um Estado membro sair por sua livre vontade. O primeiro-ministro britânico esclareceu, igualmente, que quer ser ele a tratar do período de negociações, pelo que não tenciona abandonar Downing Street. O seu irmão-inimigo, Boris Johnson, cabeça de cartaz do "Brexit", diz o contrário: que não há pressa nenhuma. Porventura porque as soluções possíveis não são nada agradáveis. Boris chegou a falar de uma “meia permanência” na União Europeia. Os juristas de Bruxelas falam de várias possibilidades. Em qualquer caso, diz Jean-Claude Piris (durante anos o chefe do gabinete jurídico da União) à AFP, o Reino Unido “enfrentaria barreiras tarifárias mais altas entre a sua economia e o seu principal mercado”. Piris publicou no Centre of European Reform um texto com os cenários possíveis à luz dos tratados. O processo será sempre muito complicado, dada a forte integração das economias europeias, que não se desfaz de um dia para o outro, arriscando um longo período de instabilidade.

1.Solução norueguesa. Erna Solberg, primeira-ministra conservadora da Noruega, foi a Londres contar a sua experiência. A Noruega tem acesso ao Mercado Único através do Espaço Económico Europeu (EEE), que partilha com a Islândia e o Liechtenstein, incluindo a livre circulação de pessoas. Em contrapartida, tem de adoptar toda a legislação europeia que rege o Mercado Único e pagar a sua quota-parte para os cofres de

Bruxelas. O EEE não inclui a agricultura, pesca e Justiça e Assuntos Internos, mas a Noruega é parte de Schengen. Oslo tenta manter a sua influência em Bruxelas através de um *lobby* permanente. Outro pormenor interessante: os polacos são a sua maior minoria. “A Noruega é o único país onde o canalizador polaco não é uma palavra negativa”, diz ela.

2. A solução canadiana. Boris Johnson referiu por diversas vezes esta opção, mas o Canadá levou sete anos a negociar um acordo de livre comércio da última geração (mais harmonização de normas e padrões do que tarifas), que facilita o acesso mútuo aos mercados, ainda que com algumas restrições, por exemplo, a dificuldade de participar nos concursos públicos, e não envolve o sistema financeiro. Os peritos dizem que o tamanho da economia britânica e o que ela representa para as economias dos seus parceiros europeus permitiria uma boa negociação. Próxima, aliás, da negociação do TTIP com os Estados Unidos.

3. Um membro “pela metade” da União Europeia. Boris Johnson também já defendeu esta solução na campanha, mas ela não tem qualquer viabilidade. O Reino Unido usufruiria de um “estatuto especial” que lhe permitiria continuar no Mercado Internos e participar nas decisões respectivas, obtendo o direito de *opt-out* na maioria dos outros domínios. Seria a solução “perfeita” que provavelmente nenhum dos seus parceiros estaria disposto a conceder-lhe, além de abrir um precedente inesgotável. O problema é que isso só seria possível com a alteração dos tratados, que ninguém está disposto a fazer.

4. A solução de país-terceiro. Na impossibilidade de um acordo de outra natureza, a relação do Reino Unido com o Mercado Único europeu seria idêntica à de qualquer outro país membro da Organização Mundial do Comércio, que se limita a estabelecer limites tarifários nos mercados de bens e produtos. Jean-Claude Piris esclarece que o Reino Unido teria o estatuto de “país terceiro”. O problema é que isso implicaria uma fronteira com a Irlanda, complicando drasticamente a situação na Irlanda do Norte e o próprio acordo de paz.

E a União Europeia é um projecto falhado

FRANCISCO LOUÇÃ

24/06/2016 - https://www.publico.pt/mundo/noticia/e-a-uniao-europeia-e-um-projecto-falhado-1736179

Enganei-me na previsão sobre o resultado do referendo, pois admiti que a morte de Jo Cox tinha invertido as emoções que concluiriam uma campanha povoada de demagogia contra os imigrantes (dos dois lados, dos chefes do "Brexit" sugerindo a xenofobia e dos chefes do "Remain" negociando com Bruxelas a restrição dos direitos dos cidadãos europeus imigrados no Reino Unido).

Agora, contados os votos, só se pode concluir que, no argumento e na preparação para o futuro, o Reino Unido não sabe para onde vai – mas rejeita continuar numa União que não vai para lado nenhum. Falhou a aventura de Cameron, que foi apoiada a contragosto pelas autoridades europeias, mas a Escócia pode a partir de hoje escolher ser independente e a Irlanda pode escolher unificar-se, pelo menos duas consequências merecidas. Na Europa, tudo mau: falharam os subterfúgios, falhou a interpretação dos tratados *a la carte*, falhou o medo dos grandes mas cresce o medo dos pequenos.

A UE não tinha mais nada para oferecer se não esse medo, foi a esse ponto que caiu. E os seus líderes sempre pensaram que bastaria. Não perceberam – será desta? – que perderam todos os referendos importantes até agora: sobre a Constituição Europeia, sobre tratados, agora sobre a própria pertença e logo na segunda maior economia da União. Quando aceitam consultar os povos, momento raro, *et pour cause*, arriscam-se a perder e isso diz tudo sobre o que tem vindo a ser a “construção europeia”.

O choque chegou hoje. Agora, liquidez para os mercados financeiros, negociação relâmpago com o Reino Unido sobre as

condições de saída, quais regras de tratados (que implicariam um processo até dois anos, com votos do parlamento europeu e acordo dos outros governos) e o discurso de sempre para quem está: aguenta, aguenta.

Acompanhe o "Brexit" ao minuto

Terão os líderes europeus a tentação de correr em frente, nomear um ministro das finanças, esquartejar os orçamentos nacionais, fazer do euro o santo e a senha da concentração de poderes, normalizar as políticas neoliberais no mercado de trabalho e na segurança social? Hollande, um político da craveira de Cameron, acha que Paris vale bem a missa de uma proibição do direito de manifestação para impor essa visão sobre o emprego. E, se isto é Hollande, então Merkel decidirá o que quer pois quem manda, manda. E assim vai a liderança europeia na sua diversidade uniforme.

Lembra-se de quando os socialistas defendiam o pleno emprego? Esqueça. Os socialistas franceses agora defendem o fim dos contratos de emprego, à FMI. Um socialista holandês dirige a fronda das sanções contra Portugal e Espanha, à Schauble. Um socialista alemão é o ajudante de Merkel, à Gabriel. E isso esclarece o que podemos vir a ter pela frente: depois da desorientação, a corrida para garantir mais poder aqueles cujo poder está a destruir a Europa.

Para Portugal, mais um susto nas exportações, mas muito mais um susto político. Se e quando vierem as sanções, se a tanto atrevimento chegar a violência das instituições europeias agora imbuídas de um novo espírito de missão desesperada, só poderemos então concluir que a absoluta discricionariedade tomou conta da política europeia, que a falta de soberania se paga com a vulnerabilidade da democracia.

O sonho acabou. A União Europeia é um projecto falhado.

O Reino Unido sai da UE e Cameron de Downing Street

24.06.2016 às 8h21

- **6**

STEFAN WERMUTH

O primeiro-ministro não se considera apto a liderar o país no processo de abandono da União Europeia. Novo líder será escolhido pelo Partido Conservador até outubro

PEDRO CORDEIRO
Enviado a Londres

Ao contrário do que anunciou ao longo da campanha para o referendo sobre a União Europeia, David Cameron demitiu-se após ter sido derrotado nessa consulta popular. O primeiro-ministro afirmou que deixará a liderança do Governo e do Partido Conservador até outubro, pois não se considera apto a ser o "capitão que pilotará o barco no novo rumo" decidido nas urnas.

Só depois da mudança de primeiro-ministro é que as negociações do Brexit serão encetadas, isto é, o Governo do Reino Unido não vai invocar de imediato o artigo 50 do Tratado de Lisboa, que rege a saída da UE. Cameron assegura que esse processo terá de contar com a participação dos governos escocês, norte-irlandês e galês. Note-se que, se o País de Gales votou pela saída, como a Inglaterra (menos Londres), a Irlanda do Norte e a Escócia preferiam ficar na UE e em ambos estes territórios já houve reações separatistas ao resultado do referendo.

Cameron explica que ficará três meses no cargo para garantir alguma estabilidade e teve palavras de tranquilização para os mercados e também para os britânicos que vivem noutros países da União Europeia e nos cidadãos comunitários que estão no Reino Unido. "Nada muda, para já, na vossa situação". O governador do Banco de Inglaterra anunciará hoje medidas para proteger a economia.

Recordando que sempre defendeu que o país ficava "mais forte, mais seguro e melhor" na UE do que fora, Cameron elogiou o povo por ter participado num "exercício democrático gigante, talvez o maior da nossa história". E garantiu que "a vontade do povo britânico terá de ser respeitada".

BORIS JOHNSON NA *POLE POSITION*

O anúncio do primeiro-ministro desencadeará, imediatamente, uma corrida à liderança dos conservadores. Perfilam-se como candidatos, segundo a imprensa britânica, Boris Johnson, que foi presidente da Câmara de Londres até maio último e apoiou o Brexit, e os ministros europeístas George Osborne (Finanças) e Theresa May (Interior). Johnson parte em vantagem, dado o seu papel na campanha pelo Brexit.

Não tardarão a surgir declarações formais de candidatura a suceder ao primeiro-ministro demissionário. O processo de escolha passa primeiro pelos deputados conservadores, que reduzem o leque de aspirantes a dois, e depois pelos militantes, que elegem um deles.

O próximo chefe do Executivo será escolhido, assim, por cerca de 150 mil pessoas, os militantes, entre duas figuras designadas por 330 parlamentares.

No sistema político britânico é banal e incontroversa a substituição do primeiro-ministro sem eleições. A última vez que tal sucedeu foi em 2007, quando o trabalhista Tony Blair deixou o poder ao fim de dez anos, passando o testemunho a Gordon Brown. Ainda assim, o novo primeiro-ministro pode sentir-se na necessidade de convocar eleições legislativas antecipadas, para se legitimar.

Brown foi criticado, dentro do Partido trabalhista, por não o ter feito. Não carecia de legitimação (era sucessor anunciado de Blair desde sempre) mas estava em boa posição de vencer as eleições em 2007. Preferiu esperar pelo calendário normal e perdeu-as em 2010.

No caso do próximo primeiro-ministro, a complexidade das negociações que se anunciam e a divisão que o resultado desta noite mostra existir no país, o Reino Unido precisa de liderança forte. Isso pode passar (pese embora o risco de instabilidade) por um refrescar da representação política nas urnas.

Referendo britânico forçará UE a fazer mudanças seja qual for o resultado

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/internacional/1466680715_329551.html

Bruxelas acredita que bloco terá de mudar tanto se o Reino Unido sair quanto se ficar na Europa

CLAUDI PÉREZ

Bruxelas 24 JUN 2016 - 06:51 CEST

O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, na quarta-feira. FRANCOIS LENOIR REUTERS

MAIS INFORMAÇÕES

- Britânicos escolhem seu lugar no mundo em referendo histórico
- 10 razões para que os britânicos permaneçam na União Europeia

A ironia não consiste em dizer “nem isto nem aquilo”, e sim “isto e aquilo” ao mesmo tempo, dizia um europeu ilustre, Thomas Mann. O referendo sobre o Reino Unido e a União Europeia (UE) é extremamente irônico: se os britânicos optarem por sair do bloco europeu, provocarão um choque nos mercados, mas, sobretudo, irão abalar as bases políticas da União Europeia. Mesmo se optarem por ficar, nada será igual na Europa. Isto e aquilo ao mesmo tempo: “A Europa não está em boa forma”, disse esta semana o ministro alemão Wolfgang Schäuble, o que sugere que a UE deve mudar, seja qual for o resultado do voto britânico. “A saída do Reino Unido é uma ameaça adicional em um contexto nada simples, com o populismo em ascensão, várias crises em jogo e lideranças questionadas nos grandes países”, afirmou ao EL PAÍS uma qualificada fonte europeia. “É preciso administrar o divórcio, se vier, e esperemos que, neste caso, seja tudo para melhor, não para

pior; mas, mesmo se não vier, a mudança na Europa é inevitável", acrescentou a mesma fonte.

Esta mudança, no entanto, dependerá da intensidade do terremoto. Se o Reino Unido sair do bloco, os bancos centrais estão preparados para injetar liquidez, mas vai ser difícil apaziguar a onda de referendos nos países onde o euroceticismo mais populista tem se destacado. Se não sair, analistas acreditam que uma votação apertada pode ser interpretada como uma espécie de saída suave, que exigiria uma resposta firme de Bruxelas. O problema é que o contexto não favorece nem um pouco esse tipo de resposta. A grandes diplomacias estão esperando para ver no que vai dar. França, Alemanha e Holanda têm eleições em 2017, com a extrema-direita em alta, sem incentivos para empurrar em direção a uma maior união política. Na Itália, existe um referendo programado para o fim do ano que pode afetar muito o primeiro-ministro Matteo Renzi. A Espanha está há seis meses sem Governo. E os países do leste europeu também estão mais hostis em relação a Bruxelas, especialmente Polônia, Hungria e Eslováquia.

Não há apetite para um salto semelhante ao da crise do euro. O chefe do Eurogrupo (que reúne os 19 ministros de Finanças e outras autoridades da zona do euro), Jeroen Dijsselbloem, disse na semana passada, em Luxemburgo, que os ministros de Finanças têm uma resposta preparada, mas descartou "medidas espetaculares": tudo envolve completar a união bancária e ir dando pequenos passos em direção a uma federalização no lado econômico, com a percepção de que não há consenso para abranger esses avanços com laços mais estreitos no lado político, até mesmo devido à questão fiscal. O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, irá delinear a resposta mais no longo prazo, no discurso sobre o Estado da União. O relatório dos cinco presidentes — Juncker, Dijsselbloem, o polonês Donald Tusk

(Conselho), o alemão Martin Schulz (Eurocâmara) e o italiano Mario Draghi (Banco Central Europeu, BCE) — aponta vários passos à frente, mas no longo prazo: um Tesouro europeu, eurobônus, um orçamento da zona do euro, coisas desse tipo. Mas, principalmente, traça um esboço de uma nova UE que contemplaria uma estrutura de duas velocidades claramente distintas: um núcleo mais integrado com os países que querem uma UE mais federal, e uma periferia cada vez menos integrada com os países que colocam travas nas rodas cada vez que a UE quer avançar. O FMI afirmou, na semana passada, que um orçamento para a zona do euro é algo essencial, assim como os eurobônus para se proteger contra futuras crises. Draghi destacou o mesmo esta semana no Parlamento Europeu. "O pecado original da zona do euro é que requer um nível mais elevado de integração política do que os Estados membros podem *vender* aos seus respectivos eleitorados", critica Simon Tilford, do Centro Europeu para a Reforma, um *think tank* de Londres.

O salto adiante, no contexto atual marcado pelas necessidades da chanceler Angela Merkel e do presidente francês, François Hollande, diante de suas eleições legislativas, é praticamente política-ficção: "Se o Reino Unido sair, mesmo com uma votação muito apertada, a resposta inicial da UE será mais simbólica do que qualquer outra coisa. As iniciativas de integração seriam mais relacionadas a assuntos de segurança e defesa, como as sugeridas pela França, do que à política econômica ou fiscal", disse Mujtaba Rahman, da consultoria Eurasia Group. A grande maioria das consultorias — Euroasia, mas também a Eurointelligence, por exemplo — acredita que é mais provável um *sim* à Europa. Especialistas também apontam que, no caso do Reino Unido sair da UE, a Europa irá penalizar o país para evitar um contágio da onda de referendos, e para que Berlim e Paris mostrem rapidamente como o bloco funcionaria sem os britânicos. Aconteça o que

acontecer, vem aí um segundo semestre perigoso, com a ameaça de recessão nos Estados Unidos, o impacto da crise dos refugiados e o legado da Grande Crise, que provocou enormes lacunas entre Norte e Sul, Leste e Oeste e, agora, pode aprofundar a divisão entre os dois lados do Canal da Mancha.

O Reino Unido fez da exceção sua marca na UE. Não quer aderir ao euro, participa das políticas de interior e de justiça de acordo com sua vontade, se protegeu contra os resgates financeiros... Mas, na corrida para o referendo, Londres tocou o coração do projeto europeu. Ao conseguir abrir um parêntese em relação à igualdade de direitos para trabalhadores europeus em solo britânico, o parceiro londrino abalou um dos pilares do projeto comunitário: a liberdade de seus cidadãos para se estabelecer em qualquer país da UE. Bruxelas deve discutir nos próximos meses propostas de outros países, que querem privilégios semelhantes. Inclusive com algum outro referendo parecido: Beppe Grillo, na Itália, e Geert Wilders, na Holanda, já ameaçaram seguir o exemplo britânico, e Marine Le Pen poderia tentar algo semelhante.

Se o Reino Unido sair da UE, o abalo será enorme. Mas Bruxelas terá trabalho mesmo se o país decidir ficar, para avaliar o acordo de fevereiro, especialmente na questão da imigração. A Comissão apresentará prontamente duas normas para limitar o direito de residência de duas maneiras. A primeira irá privar os novos europeus que pisem em solo britânico de certos benefícios a que os trabalhadores de lá têm direito (apenas quando o país sofrer uma "forte pressão sobre os seus sistemas públicos", uma situação a ser definida na lei). A segundo adaptará os benefícios por filho ao país onde a criança reside (por exemplo, o empregado romeno cujo descendente vive na Romênia irá receber um benefício menor).

As normas são vistas como um mal menor, acertadas pelos outros parceiros europeus em fevereiro, para evitar a saída dos britânicos.

Mas, se a vitória desta permanência for muito apertada, não está descartado que o primeiro-ministro britânico, David Cameron, bata à porta de Bruxelas pedindo novas restrições à liberdade de movimento, o verdadeiro campo de batalha onde se fortaleceu durante a campanha para a saída do Reino Unido do bloco. A UE não parece disposta a aceitar. “Não vejo vontade de ir além [do que foi acordado em fevereiro]. O que demos já é muito”, avaliou Ivan Korcok, secretário de Estado eslovaco no Ministério de Assuntos Europeus, em uma reunião com um grupo de jornalistas europeus. A Eslováquia vai assumir a presidência rotativa da UE em 1º de julho e será responsável por coordenar o pós-referendo britânico.

Britain and the EU

A tragic split

http://www.economist.com/news/leaders/21701265-how-minimise-damage-britains-senseless-self-inflicted-blow-tragic-split?force=scn/tw/te/pe/ed/atragicsplit

How to minimise the damage of Britain’s senseless, self-inflicted blow
Jun 24th 2016 | From the print edition

HOW quickly the unthinkable became the irreversible. A year ago few people imagined that the legions of Britons who love to whinge about the European Union—silly regulations, bloated budgets and pompous bureaucrats—would actually vote to leave the club of countries that buy nearly half of Britain's exports. Yet, by the early hours of June 24th, it was clear that voters had ignored the warnings of economists, allies and their own government and, after more than four decades in the EU, were about to step boldly into the unknown.
The tumbling of the pound to 30-year lows offered a taste of what is to come. As confidence plunges, Britain may well dip into recession. A permanently less vibrant economy means fewer jobs, lower tax receipts and, eventually, extra austerity. The result will also shake a fragile world economy. Scots, most of whom voted to Remain, may now be keener to break free of the United Kingdom, as they nearly did in 2014. Across the Channel, Eurosceptics such as the French National Front will see Britain's flounce-out as encouragement. The EU, an institution that has helped keep the peace in Europe for half a century, has suffered a grievous blow.

Managing the aftermath, which saw the country split by age, class and geography, will need political dexterity in the short run; in the long run it may require a redrawing of traditional political battle-lines and even subnational boundaries. There will be a long period of harmful uncertainty. Nobody knows when Britain will leave the EU or on what terms. But amid Brexiteers' jubilation and Remain's recriminations, two questions stand out: what does the vote mean for Britain and Europe? And what comes next?

Brexit: the small print

The vote to Leave amounts to an outpouring of fury against the "establishment". Everyone from Barack Obama to the heads of NATO and the IMF urged Britons to embrace the EU. Their entreaties were spurned by voters who rejected not just their arguments but the value of "experts" in general. Large chunks of the British electorate that have borne the brunt of public-spending cuts and have failed to share in Britain's prosperity are now in thrall to an angry populism.

Britons offered many reasons for rejecting the EU, from the democratic deficit in Brussels to the weakness of the euro-zone economies. But the deal-breaking feature of EU membership for Britain seemed to be the free movement of people. As the number of new arrivals has grown, immigration has risen up the list of voters' concerns.

Accordingly, the Leave side promised supporters both a thriving economy and control over immigration. But Britons cannot have that outcome just by voting for it. If they want access to the EU's single market and to enjoy the wealth it brings, they will have to accept free movement of people. If Britain rejects free movement, it will have to pay the price of being excluded from the single market. The country must pick between curbing migration and maximising wealth.

David Cameron is not the man to make that choice. Having recklessly called the referendum and led a failed campaign, he has shown catastrophic misjudgment and cannot credibly negotiate Britain's departure. That should now fall to a new prime minister.

We believe that he or she should opt for a Norwegian-style deal that gives full access to the world's biggest single market, but maintains the principle of the free movement of people. The reason is that this would maximise prosperity. And the supposed cost—migration—is actually beneficial, as Leave campaigners themselves have said. European migrants are net contributors to public finances, so they more than pay their way for their use of health and education services. Without migrants from the EU, schools, hospitals and industries such as farming and the building trade would be short of labour.

Preventing Frexit

The hard task will be telling Britons who voted to Leave that the free having and eating of cake is not an option. The new prime minister will face accusations of selling out—for the simple reason that he or she will indeed have to break a promise, whether over migration or the economy. That is why voters must confirm any deal, preferably in a general election rather than another referendum. This may be easier to win than seems possible today. While a deal is being done, the economy will suffer and immigration will fall of its own accord.
Brexit is also a grave blow for the EU. The high-priesthood in Brussels has lost touch with ordinary citizens—and not just in Britain. A recent survey for Pew Research found that in France, a founder member and long a strong supporter, only 38% of people still hold a favourable view of the EU, six points lower than in Britain. In none of the countries the survey looked at was there much support for transferring powers to Brussels.

Each country feels resentment in its own way. In Italy and Greece, where the economies are weak, they fume over German-imposed austerity. In France the EU is accused of being “ultra-liberal” (even as Britons condemn it for tying them up in red tape). In eastern Europe traditional nationalists blame the EU for imposing cosmopolitan values like gay marriage.

Although the EU needs to deal with popular anger, the remedy lies in boosting growth. Completing the single market in, say, digital services and capital markets would create jobs and prosperity. The euro zone needs stronger underpinnings, starting with a proper banking union. Acting on age-old talk of returning powers, including labour-market regulation, to national governments would show that the EU is not bent on acquiring power no matter what.

This newspaper sees much to lament in this vote—and a danger that Britain will become more closed, more isolated and less dynamic. It would be bad for everyone if Great Britain shrivelled into Little England and be worse still if this led to Little Europe. The leaders of Leave counter with the promise to unleash a vibrant, outward-looking 21st-century economy. We doubt that Brexit will achieve this, but nothing would make us happier than to be proved wrong.

From the print edition: Leaders

Global banks hammered by U.K. vote

by Sophia Yan @sophia_yan June 24, 2016: 3:44 AM ET

http://money.cnn.com/2016/06/24/investing/brexit-bank-impact/index.html?sr=fbCNN062416brexit-bank-impact0654AMVODtopLink&linkId=25869024

U.K. voters' decision to leave the European Union is throwing extreme uncertainty over the global banking industry.

Banking shares across Europe are being crushed. Barclays has plummeted 30% in early London trading, RBS has tumbled 34%, and Lloyds Bank has nosedived 28%. Germany's Deutsche Bank has dropped 16%.

Earlier in Asia, shares of the U.K.'s biggest bank, HSBC (HSBC), crashed 9%, while Standard Chartered (SCBFF), a British bank that focuses on Asia, lost 11% in Hong Kong trading.

World markets are in crisis mode as investors scramble to deal with the fallout.

Finance is hugely important to the U.K. The financial services sector accounts for around 8% of the U.K.'s economy, and nearly 4% of all jobs in Britain -- roughly 1.2 million.

Related: What you need to know on the Brexit shock vote

"I'm afraid that this is not such a good day for Europe," said Deutsche Bank (DB) CEO John Cryan. "At this stage, we cannot fully foresee the consequences, but there's no doubt that they will be negative on all sides."

Leading up to the referendum, global banks were vocal in calling for the U.K. to remain within the European Union, warning of doomsday scenarios that could see the country's economy fall into recession.

Still, Cryan stressed that Deutsche Bank is "well prepared" to handle whatever comes next, as it's headquartered in Germany.

HSBC will be "working tirelessly in the coming weeks and months to help our customers adjust to and prepare for the new environment," said CEO Douglas Flint.

Powered by SmartAsset
SAVINGS RATES BY smartasset

Big banks use the U.K. as a springboard for their business through Europe -- disengaging from the union disrupts that link. Insurers, for instance, have access to millions of customers through the EU.

Related: Markets around the world freaking out over Brexit

Much of the regulations that govern the financial services industry and allow for cross-border transactions -- everything from deposit taking to payment services -- are at the EU level. Britain's exit will mean regulatory changes will be negotiated, altering the current financial infrastructure.

Last year, Deutsche Bank (DB) and HSBC considered moving their business away from Britain. HSBC decided to stay, but Deutsche's working group has yet toannounce a decision.

Still, HSBC had before hinted at the possibility of moving various jobs and operations to Paris, if voters did indeed choose to exit. Others, including JPMorgan (JPMORGAN CHASE) and Citibank (C), had also warned about serious job losses in the U.K.

The move to leave the EU is a "significant decision," said Barclays CEO Jes Staley.

He also said a strategy the company announced earlier this year "was not conditional on the U.K. remaining in the EU." Barclays has been struggling in recent years, cutting thousands of jobs and scaling back operations in Africa.

--With reporting by Chris Liakos

CNNMoney (Hong Kong)First published June 24, 2016: 1:19 AM ET

The referendum campaigns have revealed a fractured country

Anne Perkins

With more and more Britons seeing themselves as underdogs, unheard by politicians, both parties will have to work hard to reach out to them

- European Union referendum results – live coverage
- EU referendum results – live tracker

A sign displayed near Tata steelworks in Wales on the day of the EU referendum. Photograph: Rebecca Naden/Reuters

Thursday 23 June 2016 22.00 BSTLast modified on Friday 24 June 201606.07 BST

It was a day of sudden, torrential downpours that felt as if nature was echoing politics. We waded through floods and queued at

polling stations and argued on Twitter about whether to use a pen and risk invalidating our vote, or pencil and risk, it was rumoured, MI5 changing it. Britain has survived the deluge, and cast its vote. We the people, as David Cameron promised more than three years ago in his Bloomberg speech, got our say.

Live Brexit live: David Cameron to step down over EU referendum result
Rolling coverage of David Cameron's resignation and Britain's decision to leave the European Union, with results, analysis and market reaction

Read more

It is the end of a campaign that has lasted seven weeks – since the elections in May – or five months, which was when the prime minister completed his negotiations with Brussels. Or, for a group of hardcore Tory leavers, 24 years – since June 1992 when Denmark voted against the Maastricht treaty and inspired a handful of MPs to launch their Eurosceptic revolt on the right.

In the same way that an unusually low tide occasionally reveals an ancient henge, the referendum campaign has exposed a chasm in British politics. Now the politicians who did so much to exacerbate the divide have to heal it. They have to find the language and the policies to rebuild the sense of solidarity that the past weeks have done so much to fracture.

It is not all the fault of Europolitics. The rise of a populist, anti-elitist movement has been plain enough in the polling statistics since the 2008 crash and before. It was unmistakeable in the rise of Ukip at the last election. There are insurgent parties and politicians in almost every democracy. But a referendum campaign thrives by entrenching difference. It legitimises new alliances and it erodes the tribal loyalties that might otherwise shore up the vote for traditional parties.

Now the geography of the vote reveals it in unflinching detail. There is an English pessimism which grows stronger the further from London and the south-east you travel. Islands of metropolitan optimism are matched in Scotland, parts of Wales and Northern Ireland where countries with developing independent identities see their relationship with Brussels as integral to their future.

The new politics is divided by geography and also by class. YouGov tracks remain support at 70% for graduates and leave support at 68% among those whose education stopped at GCSE. It is shaped by the kind of work that you do and the kind of neighbours that you have – or fear that you might have. It is about immigration, but it's about a sense of control that has been lost, at least as much as it is about xenophobia or racism. It's overstretched public services and 10 neighbours living in a flat for four and it's private wealth and public squalor.

In the same way that Labour had lost Scotland long before it jointly campaigned with the Tories on the independence vote two years ago, these distinctions have been emerging for a decade or more. What the referendum has done is to throw them into relief. It has driven the motor of democratic politics off the road and it will be a hard, slow business getting it back on track.

Now the campaign is over, what mattered during it gets clearer. For both sides, it was a contest cut adrift from normal political discourse. It became a lurid battle of post-truth politics. Like an argument between an unhappy couple, we stood at the national kitchen sink with our voices raised, our language coarsened, misrepresentation and acrimony each fuelling the other.

Referendum day: rain, floods – but at least the shouting was over

http://www.theguardian.com/politics/2016/jun/23/the-referendum-campaigns-have-revealed-a-fractured-country?CMP=share_btn_fb

John Crace

Read more

The country has split into rival camps and difference has hardened into grievance. Yet often, we could not even decide what we were arguing about. Those of us who were sure we wanted to stay made our case in terms of the economy, security and prosperity. Those who were convinced the right answer was to leave responded by talking about taking back control, policing borders, repatriating our democracy. There was a reluctance to engage with the arguments of the other side that left people in the middle dazed and confused, crying out for facts that would seal the argument one way or the other.

Facts became weapons, but so were non-facts. Truth was treated as a malleable concept. It got harder and harder to distinguish between evidence-backed argument and mere prejudice. But if remain sometimes exaggerated, leave was shameless, driving round the country in a battle bus with a £350m lie plastered along its sides.

Advertisement

Inevitably in a British argument about Europe, there was a walk-on part for Hitler. The cerebral Michael Gove ridiculed the validity of expert opinion and cited Nazi attempts to recruit fellow mathematicians to undermine the Jewish Albert Einstein. There was a skirmish about which side Churchill would have backed. Boris Johnson tried to equate the project of ever closer union with Nazi ambition to command all of Europe.

But talk to the leavers and they see a different picture. They went into the campaign with an underdog’s grudge. They complained

from the start about an asymmetry of authority and they were duly outgunned by George Osborne wielding economic predictions based on the Treasury model supported by external economists. At the grassroots level, where politics is more raw, there is a burning sense of injury, a conviction that it is not them but the remain campaign that distorted the evidence. This wound will not be swift to heal.

There are facts, and then there was immigration. As Nigel Farage observed on the last day of campaigning, the day the net migration figures were published at the end of May, showing a near record high of 330,000, was the day the out camp got momentum. That was the moment when a debate at least superficially about Britain in Europe began to morph into a referendum on immigration.

It was not only the fact of the net migration figures that swung the polls against remain. It was the way they exposed Cameron's unwise, unachievable commitment to cutting migration to the tens of thousands. And on its foundations came the one big lie, the most wretched propaganda strike in a campaign where the truth so often felt expendable: the claim that Turkish accession to the EU was just around the corner. The suggestion of 75 million Turkish migrants became a lethal proxy for all migration from Europe. It fed into an unspoken xenophobia and legitimised an undertone of racism.

Jo Cox: thousands pay tribute on what should have been MP's birthday

Read more

The alarming claims of both sides fuelled the sense that ordinary voters were being asked to take a decision that belonged to politicians. It was as if party goers at the eve-of-Waterloo ball were asked for a battle plan. Even worse was the sense that we voters had become unwilling participants in a novel version of the Eton wall game, retailored for old people. We were embroiled in a vote on the future of the Tory party. When Johnson declared for leave, he did not just give them a figurehead, he sounded the firing gun for a leadership campaign. But then, it was Cameron who made a referendum an instrument of party management.

Two political moves and a tragedy changed the mood. The Ukip Breaking Point poster of queueing migrants might have been enough on its own to provoke a revolt from thinking leavers. Osborne's punishment budget worked at least on the level of a dead cat strategy – bringing attention back to focus on the economy.

But most of all the awful death of the Labour MP Jo Cox chilled the atmosphere. Like a country unexpectedly drenched in icy water, the whole nation shook its head in bewilderment and came to its senses. As the results are digested, it is her commitment to finding what unites people rather than what divides them that should be basis for recovery.